



Estudos e Pesquisas em Psicologia

ISSN: 1808-4281

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia

Silva, Welligton Magno da; Tondin, Celso Francisco; Queiroz, Isabela Saraiva de
Experiências Familiares de Homens Gays: Cuidado e Proteção
como Mecanismos de Manutenção da Heteronormatividade
Estudos e Pesquisas em Psicologia, vol. 21, núm. 4, 2021, pp. 1395-1415
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia

DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2021.63947>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451873480007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Experiências Familiares de Homens Gays: Cuidado e Proteção como Mecanismos de Manutenção da Heteronormatividade

Welligton Magno da Silva*

Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, São João del Rei, MG, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8025-6206>

Celso Francisco Tondin**

Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, São João del Rei, MG, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7640-5838>

Isabela Saraiva de Queiroz***

Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, São João del Rei, MG, Brasil
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0839-1512>

RESUMO

Neste artigo analisamos as experiências de preconceito vivenciadas no contexto familiar por universitários autodeclarados homens gays. A pesquisa, de caráter qualitativo, contou com a participação de cinco estudantes, selecionados intencionalmente por meio da técnica *Snowball*. Como instrumentos de coleta foram utilizados entrevistas narrativas e grupo focal, e os dados produzidos foram submetidos à análise crítica do discurso. Contatou-se que, embora a família, em suas diversas configurações, desempenhe um papel ativo na proteção de seus membros, isso não reflete, necessariamente, na promoção do seu bem-estar individual e/ou coletivo, uma vez que quando não problematiza a lógica heteronormativa acaba por reproduzi-la, configurando-se como espaço de controle e violência, ainda que sob o disfarce do cuidado e proteção. Concluímos que tais famílias (re)produzem mecanismos de poder pautados na heteronormatividade e colaboram para a manutenção das hierarquias produtoras de modos subalternos de existência, levando à não aceitação, ocultação e silenciamento das experiências de homens gays e podendo trazer inúmeros prejuízos para sua saúde mental.

Palavras-chave: família, heteronormatividade, preconceito, homofobia.

Family Experiences of Gay Men: Care and Protection as Mechanisms for Maintaining Heteronormativity

ABSTRACT

In this article we analyze the prejudice experiences lived in the family context by self-declared university students who are gay men. The qualitative research involved the participation of five students, selected intentionally through the Snowball technique. Narrative interviews and focus groups were used as data collection instruments, and data produced were

subjected to critical discourse analysis. It was found that, even if the family, in its various configurations, plays an active role in protecting its members, this does not necessarily reflect in the promotion of their individual and/or collective well-being. It occurs because when the family does not problematize the heteronormative logic, ends up reproducing it, configuring itself as a space of control and violence, albeit under the guise of care and protection. We conclude that such families (re)produce mechanisms of power based on heteronormativity and collaborate for the maintenance of hierarchies that produce subaltern modes of existence, leading to the non-acceptance, concealment and silencing of the experiences of gay men and can bring numerous losses to their mental health.

Keywords: family, heteronormativity, prejudice, homophobia.

Experiencias Familiares de Hombres Gay: Cuidado y Protección como Mecanismos para Mantener la Heteronormatividad

RESUMEN

En este artículo analizamos las experiencias de prejuicio vividas en el contexto familiar por universitarios autodeclarados hombres gay. La investigación cualitativa contó con la participación de cinco estudiantes, seleccionados intencionalmente mediante la técnica *Snowball*. Como instrumentos de recolección se utilizaron entrevistas narrativas y grupos focales, y los datos producidos fueron sometidos a análisis crítico del discurso. Se encontró que, aunque la familia, en sus diversas configuraciones, juega un papel activo en la protección de sus miembros, esto no necesariamente se refleja en la promoción de su bienestar individual y/o colectivo, ya que, cuando no problematiza la lógica heteronormativa, acaba reproduciéndola, configurándose como un espacio de control y violencia, a pesar de que bajo la apariencia de cuidado y protección. Concluimos que tales familias (re)producen mecanismos de poder basados en la heteronormatividad y colaboran para el mantenimiento de jerarquías que producen modos de existencia subalternos, conduciendo a la no aceptación, ocultación y silenciamiento de las vivencias de los hombres gay y pueden traer numerosas pérdidas a su salud mental.

Palabras clave: familia, heteronormatividad, prejuicio, homofobia.

Este artigo trata-se de um recorte de pesquisa de mestrado, intitulada “Preconceito e violência contra homens gays universitários: Análise de processos de hierarquização e inferiorização social”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei, que estudou o preconceito vivenciado por estudantes gays no contexto universitário. No decorrer deste estudo, constatou-se a existência de diferentes formas de opressão (re)produzidas e legitimadas por instâncias sociais que integram o processo de subjetivação destes estudantes. No momento em que relatavam suas

experiências como homens *gays* na universidade, os entrevistados recorreram às suas trajetórias de vida, evidenciando a influência de instituições sociais, por exemplo, família, escola e igreja, na legitimação (ou não) de suas experiências não heterossexuais. Nesse sentido, essas instâncias se configuraram como espaços que, através da naturalização de violências do cotidiano, participam ativamente na produção de formas subalternas de existência, sobretudo no que tange ao não reconhecimento da diversidade sexual, para além da heterossexualidade, como possibilidade legítima de experimentação da sexualidade.

Entre estas instituições que (re)produzem a lógica heteronormativa, a família ocupa um lugar em que podem ser verificadas diferentes formas e altos níveis de discriminação contra aqueles que subvertem o sistema hegemônico da sexualidade. Não por acaso, como demonstrado pela pesquisa nacional da Fundação Perseu Abramo (Venturi, & Bokany, 2011) e pelo relatório sobre homofobia no Brasil produzido pela Secretaria de Direitos Humanos (Secretaria de Direitos Humanos [SDH], 2012), órgão do governo federal, a instância familiar figura como um dos principais locais de perpetração de violência homofóbica.

Alguns estudos (Costa, Machado, & Prado, 2008; Palma & Levandowski, 2008; Venturi & Bokany, 2011; SDH, 2012; Silva, Frutuoso, Feijó, Valério, & Chaves, 2015; Braga, Oliveira, Silva, Mello, & Silva, 2018; Nascimento & Scorsolini-Comin, 2018, Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2019) revelam o cenário dramático de negligência familiar, responsável pela manutenção de um *status quo* heteronormativo, que nega e aniquila as experiências LGBTs no cotidiano. Nesse sentido, a materialidade do preconceito dinamiza-se a partir de diferentes ações discriminatórias na vida cotidiana: invasão de privacidade; interpelação do sujeito sobre seu direcionamento sexual e afetivo; vigilância e normatização de seus corpos a partir dos comportamentos expressos; fragmentação dos vínculos sociais e/ou familiares; intensificação das violências verbais, físicas e psicológicas; constantes ataques à autoestima do sujeito com consequente perda da autonomia do indivíduo, etc. (CFP, 2019).

Nesse sentido, o estudo em tela se insere e corrobora com outras produções realizadas no país, ao tomar como hipótese que o ambiente familiar pode se configurar como um dos piores espaços de perpetuação da discriminação e violência homofóbica em decorrência da orientação sexual e/ou identidade de gênero, por estruturar-se em perspectivas predominantemente heteronormativas.

Acreditamos que a problematização do preconceito contra a diversidade sexual só é possível a partir da produção de deslocamentos da norma heterossexual, tanto no contexto individual e/ou privado quanto no espaço público, movimento este viabilizado pela

emergência de sujeitos políticos capazes de tomar o ordenamento social como objeto de interpelação, questionamento e problematização (Prado, Martins, & Rocha, 2009). Este estudo colabora para esse movimento, portanto, ao analisar as experiências de preconceito vivenciadas no contexto familiar por estudantes universitários autodeclarados homens *gays*.

Preconceito, Heteronormatividade e Modelos Hegemônicos de Família

Como demonstram Lacerda, Pereira e Camino (2002), há densidade teórica sobre a origem e a natureza do preconceito nas teorias psicológicas no campo social. Apesar das diferenças entre elas, é perceptível que esses modelos teóricos enfatizam o caráter individual, psicológico e social na explicação da origem do preconceito. Neste artigo analisaremos o fenômeno através dos pressupostos da psicologia política, considerando-o como um potente mecanismo de manutenção das hierarquias sociais, que garante que as assimetrias se mantenham sem que nos demos conta delas (Prado & Machado, 2008), já que uma das astúcias da norma é ocultar/mascarar a própria percepção da realidade.

Refletir sobre o preconceito exige de nós um esforço para compreendê-lo como um fenômeno que acontece através de consentimentos coletivos acerca de práticas sociais, políticas, culturais e econômicas, e não meramente como um fenômeno individual. Desse modo, o preconceito contra não heterossexuais deve ser problematizado como um fenômeno que se estabelece através de relações de poder (Prado et al., 2009).

Tais relações acontecem entre aqueles que afirmam as experiências heterossexuais como única possibilidade de experimentação da sexualidade e aqueles que subvertem esse sistema legitimado da heteronormatividade. Isso significa dizer que esta fissura é construída a partir de sua própria inserção em uma produção discursiva hegemônica. De acordo com Queiroz (2015), “dizer que esta norma é hegemônica não é dizer que ela venceu, mas que ela *convenceu*, uma vez que ela se funda e se mantém por meio de consentimentos” (p. 119).

A visibilidade da não heterossexualidade é atravessada, portanto, por diversos fatores que promovem nos sujeitos sofrimentos de toda ordem. A “saída do armário” estabelece uma dinâmica de rompimento com princípios, valores e crenças hegemônicas, para reelaborar e reestabelecer as significações acerca de sua visão de mundo. De forma geral, as instituições sociais, dentre elas a família, atribuem à homossexualidade sentidos negativos, sobretudo a partir de perspectivas fundamentalmente religiosas, patologizantes e moralizadoras, que expressam reducionismos no que tange à pluralidade de possibilidades de experimentação da sexualidade. Assim, a reelaboração desses significados só é possível a partir da sociabilidade

e da criação de sentimentos de pertença a grupos sociais capazes de reelaborar significados positivos em relação a não heterossexualidade (Prado & Machado, 2008). Mas qual seria o papel desempenhado pela família nesse processo de reconhecimento da diversidade sexual como experiência legítima?

O conceito de família não pode ser compreendido em termos unívocos. Autoras como Bruschini (2014) apontam para uma vasta produção científica, em diferentes áreas do conhecimento – antropologia, sociologia, psicologia, estudos feministas, demografia etc. –, que busca oferecer inteligibilidade para os fenômenos, fatos e relações familiares. Quando inscrita nos debates de sexualidade e gênero, há um movimento reacionário que acredita que a legitimação da não heterossexualidade resultaria na fragmentação da família tradicional hegemônica. No entanto, a própria visão de família nuclear é facilmente desconstruída quando se leva em consideração que também ela é resultado de um longo processo histórico, o que evidencia que a noção de família sempre existiu a partir de diferentes configurações, estando em constante movimento de transformação. Como exemplo disso, Maluf (2010) demonstra que as modalidades de família se encontram em constante revisão e atualização também no meio judiciário – através da Constituição Federal e do Código Civil – revelando a pluralidade e diversidade de configurações familiares inerentes ao próprio desenvolvimento da sociedade.

Como aponta Serapioni (2005), muito tem sido dito sobre o declínio da família como instituição social devido à redução do seu papel de autoridade e guardião da moralidade. Essa concepção tem como horizonte o fortalecimento dos modelos tradicionais de família como forma de impedir a ruptura com os padrões hegemônicos de organização social. As reflexões mobilizadas por diferentes perspectivas feministas a partir da problematização sobre os espaços públicos e privados, o papel da mulher frente às atribuições de cuidado, paternidade e dominação masculina evidenciam que o chamado declínio moral pode ser compreendido como um ponto nodal para a desestabilização de um modo de conceber a estrutura familiar de forma idealizada – casal heterossexual com filhos biológicos, constituídos em um único espaço monofamiliar. A esse respeito, Bento (2017) propõe que a concepção de família a partir dos moldes da estrutura familiar heterossexual é responsável pelo recrudescimento de processos de exclusão e violência, especialmente no que tange às relações familiares de pessoas não heterossexuais, que subvertem tais sistemas idealizados a partir de suas experiências de sexualidade.

Historicamente, a família assumiu um papel preponderante no estabelecimento de um espaço de proteção e cuidado de seus membros, sendo, portanto, fundamentalmente uma instância responsável pela transmissão das normas sociais. Ao considerar a concepção de

família adotada pela Constituição Federal brasileira, por exemplo, podemos observar que o conceito de família estabelecido não suporta o múltiplo de possibilidades de organização familiar da contemporaneidade. Ao contrário, trata-se de uma concepção reducionista que concebe a família em termos biológicos e dicotômicos ao considerá-la como “convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher” (Constituição Federal, 1988), reproduzindo os ideais heterocentrados de família nuclear.

Entretanto, o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal da união estável entre pessoas do mesmo sexo promoveu a adesão de casais não heterossexuais aos modelos nucleares de família, (re)conceituando-a a partir de perspectivas mais ampliadas, mantendo, contudo, a configuração de uma relação organizada sob a égide da heteronormatividade. Não obstante, trata-se de marco histórico importante no rol das conquistas de direitos da população LGBT no Brasil, pois, embora o conceito de família ainda esteja fundamentado em perspectivas reducionistas, a lei reflete o “direito à liberdade, à segurança, ao bem-estar, ao desenvolvimento, à igualdade e à justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (Dias, 2020, p. 621). Há também que se considerar a experiência humana para além dos ditames institucionais jurídicos, uma vez que a legitimidade das experiências não heterossexuais não se restringe àquilo que é reconhecido formalmente por essas instituições (Bento, 2017).

Ao tomar o modelo familiar hegemônico como objeto de interpelação, chamamos a atenção para a complexidade conceitual presente no campo. Adotaremos, portanto, uma definição ampliada de família, a fim de que seja possível capturar a diversidade e a riqueza das relações sociais (Bruschini, 2014). Partimos ainda de uma compreensão de família como espaço de cuidado que, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma instância de proteção, também pode ser promotora de violência.

Nesse sentido, ao pensarmos nas experiências de pessoas não heterossexuais, sendo a maioria delas pertencentes a famílias heterocentradas e organizadas em torno do modelo de família nuclear, ações de cuidado e proteção podem não ser experienciadas como tais, e sim como mecanismos violentos de manutenção de padrões heteronormativos de gênero. Trata-se, portanto, nesse trabalho, de produzir um movimento de questionamento à centralidade da instituição familiar tradicional como espaço fundante da condição humana (Bento, 2017). É nesse sentido que o presente estudo se propõe a refletir sobre as experiências familiares de universitários autodeclarados homens *gays*.

Narrativas e Grupo Focal como Instrumentos de Acesso às Experiências Gays

Caracterizada como uma modalidade de pesquisa não estruturada e em profundidade, a investigação qualitativa por meio de entrevistas narrativas se apresentou como um potente meio de acesso às experiências de preconceito vivenciadas no cotidiano de pessoas não heterossexuais. Partimos do pressuposto de que as narrativas de homens gays sobre suas trajetórias de vida ofereceriam elementos capazes de posicioná-los historicamente como sujeitos produtores ativos de suas próprias experiências (Scott, 1999; Queiroz, 2015). Assim, mais do que ter acesso a elas, buscamos identificar, através das narrativas, como esses sujeitos foram constituídos por essas experiências.

Foram entrevistados sete estudantes autodeclarados homens *gays*, regularmente matriculados em diferentes cursos de uma instituição federal de ensino superior de Minas Gerais, com idades que variavam de 19 a 24 anos. Todos os entrevistados foram contatados por meio da técnica *Snowball* (Vinuto, 2014). Trata-se de uma ferramenta de caráter não probabilístico, que utiliza de cadeias ou redes de referência para sua constituição, por isso “não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante da pesquisa” (p. 203). Encontrado o primeiro sujeito – o que foi possível a partir da própria rede de sociabilidade do pesquisador responsável pelo estudo –, houve uma abertura do campo a ser pesquisado, uma vez que foi solicitado a ele a indicação de novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede de sociabilidade, e assim sucessivamente, até que se alcançou o número de indivíduos suficientes para o estudo.

Diferentes correntes feministas, sobretudo o movimento feminista negro, têm chamado a atenção de pesquisadores para a adoção da interseccionalidade como um conceito metodológico que se propõe a compreender os desdobramentos estruturais da dinâmica social e da interrelação entre dois ou mais eixos de subordinação. Nesse sentido, de acordo com Crenshaw (2002), o conceito busca oferecer inteligibilidade para a forma pelo qual racismo, machismo, sexismo, homofobia, desigualdades econômicas, sociais, culturais, históricas e outros sistemas discriminatórios viabilizam a produção de desigualdades básicas que configuram posições sociais de raça, sexualidade, gênero, classe e outras. Além disso, a mesma autora afirma que a interseccionalidade funciona como uma importante ferramenta política para compreender como as ações e políticas específicas produzem diferentes tipos de opressões que transitam no decorrer de tais eixos, tendo como uma de suas funcionalidades a manutenção das hierarquias sociais.

Dito isso, apontamos uma fragilidade do estudo aqui apresentado, resultante da estratégia utilizada para acesso aos sujeitos de pesquisa, já que, embora consideremos a eficácia da técnica *Snowball* para localizar sujeitos de difícil acesso – sobretudo de sujeitos que se disponham a falar sobre questões pessoais, experiências de discriminação, violência e opressão – reconhecemos que ela não permite a captura das especificidades (individuais e/ou coletivas) de pessoas e/ou grupos sociais atravessados por inúmeros marcadores sociais da diferença – raça, classe, sexualidade, gênero, deficiências etc. Exemplo disso é que obtivemos a presença de forma reduzida de pessoas negras em nosso estudo – dos sete participantes, apenas um sujeito era negro. Nesse sentido, apontamos para a necessidade de refletir criticamente acerca da utilização desta técnica de pesquisa, devido ao seu caráter não probabilístico de seleção de participantes, com vistas a reduzir a homogeneidade dos sujeitos de pesquisa, sob o forte risco de produzirmos conhecimentos que reduzam a visibilidade de grupos minoritários, reproduzindo as relações de poder.

Para promover as narrativas, foi elaborado previamente um pequeno roteiro de entrevista contendo uma pergunta disparadora: “Você poderia me contar sobre suas experiências como homem *gay* ao longo da vida?”. Optamos por ter como ponto de partida uma pergunta mais genérica com vistas a capturar o maior número possível de informações acerca do cotidiano dos sujeitos. Chamamos atenção para o fato de que em todas as entrevistas os participantes recorreram às experiências familiares para relatarem vivências de preconceito, evidenciando a importância da instituição família – heterossexual e nuclear no caso de todos os participantes da pesquisa – para a constituição emocional, física e psicológica de sujeitos não heterossexuais.

Após a realização das entrevistas narrativas individuais, constatamos que a condução de um grupo focal com todos os entrevistados assumiria um papel importante na composição dos dados da pesquisa, pois, em consonância com Minayo (2014), através deste é possível observar como as opiniões sobre as experiências vivenciadas são constituídas coletivamente, a partir da interação dos sujeitos, podendo o pesquisador utilizar diversas possibilidades de coleta de dados de forma a obter mais informações acerca da realidade vivenciada por eles.

No percurso de aplicação do método, os participantes evocaram questões acerca das experiências de preconceito em variados contextos, como o ambiente familiar, social e escolar. Destaca-se que, embora autodeclarados homens *gays*, a visibilidade não heterossexual de alguns dos entrevistados não era pública, o que fez com que dois sujeitos entrevistados individualmente não aceitassem o convite para participar do grupo focal. Portanto, para a segunda etapa do estudo, contamos com a participação de cinco estudantes, sendo respeitadas

as recomendações éticas de participação consentida e voluntária em pesquisas com seres humanos.

Quanto aos procedimentos adotados para a análise de dados, utilizamos a análise crítica do discurso, fundamentada em pressupostos foucaultianos. Para Foucault (1971), a produção do discurso sempre se dá em razão das relações de poder, dessa forma, a análise crítica do discurso busca dar conta da historicidade das relações e das práticas concretas que estão presentes no discurso (Fischer, 2001), compreendendo o poder enquanto produtor e constitutivo dos sujeitos e das relações humanas. Além disso, foram considerados pressupostos teóricos (Seffner, 2011; Seffner, 2013; Braga et al., 2018; Nascimento & Camin, 2018; Palma & Levandowski, 2018; Silva et al., 2015) que nos auxiliaram na compreensão das dinâmicas de preconceito no contexto familiar a partir de discussões em torno das relações de gênero, violência e sexualidade.

Em termos operacionais de organização da análise dos dados, foi realizada a transcrição na íntegra das entrevistas e grupos focais, a leitura completa do material com a demarcação dos enunciados e temas principais, e posterior articulação dos dados com a revisão de literatura. Todo o trabalho de análise considerou a reflexividade – sentimentos, emoções, incômodos, posição do pesquisador etc. – como constituinte do processo de interpretação (Neves & Nogueira, 2005). Há um posicionamento sempre crítico acerca deste lugar, numa tentativa de superar a posição de poder ocupada pelos especialistas e pesquisadores, legitimados socialmente a falar sobre as experiências do outro. Nesse sentido, produzimos um movimento de escuta desses sujeitos como porta-vozes de suas próprias experiências, atentando-nos para a posição de subalternidade que ocupam frente à norma instituída.

Quanto às considerações éticas, este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, São João del-Rei - CEPSJ, sob o CAAE nº 11694119.8.1001.5151. Dessa maneira, o trabalho foi realizado em consonância com as resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. A coleta de dados foi realizada mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, com o objetivo de manter a privacidade e anonimato dos participantes da pesquisa, todos os nomes utilizados são fictícios.

Resultados e Discussão

O ambiente familiar, independentemente de sua configuração, historicamente é compreendido como um sistema potencialmente importante na vida dos sujeitos, uma vez que seus componentes são responsáveis por propiciar espaços de segurança, acolhimento, afeto, proteção e bem-estar, individual ou coletivo (Patias, Gabriel, & Dias, 2013). No entanto, de acordo com os mesmos autores, nem toda família é capaz de propiciar tais espaços. Dessa forma, se por um lado o ambiente familiar pode funcionar como um sistema de proteção integral e bem-estar individual e/ou coletivo, por outro, pode se constituir como espaço de violência e restrição ao desenvolvimento de seus integrantes (Schenker & Minayo, 2005).

Em relação às experiências não heterossexuais, de forma geral o que podemos observar é o papel preponderante da instância familiar na legitimação e reprodução de preconceitos e violências que configuram formas subalternas de existência. Como explicita Seffner (2011), os familiares são os mais citados em pesquisas de preconceito e discriminação contra não heterossexuais como agentes discriminatórios. Segundo ele, a família se encontra em uma posição hierárquica de poder, e se autoriza, a partir da sua inserção nas dinâmicas de preconceito, a infligir vários tipos de violência (verbal, física e psicológica) contra estes indivíduos. Em consonância com tais apontamentos, nas narrativas dos participantes da pesquisa em tela, a família, de forma geral, assumiu este lugar.

Thomas: Crescer enquanto homem *gay* foi muito difícil, principalmente na minha família [...]. Tem uma coisa que meu pai falou quando eu era criança: “ah, nossa! Se eu tivesse um filho homossexual eu desconsidero ele, ele não é meu filho, não é meu!”

Anthony: Por uma burrice minha, meus pais descobriram que eu era *gay*, não reagiram muito bem, obviamente. Não gostaram, choraram, aí tipo, tem todo aquele drama de: estou decepcionando a família, estou fazendo o que eles não me ensinaram [...]. Acharam que fizeram errado ou me criaram errado.

Raphael: Eu vou à casa dela [se referindo à casa da tia], ela tinha armado para mim. Eu cheguei lá, o marido dela me segurou e começou a me arrastar enquanto ela me batia e cuspi na minha cara [...], e eu fiquei tipo: meu Deus o que está acontecendo? Eu não tive reação nenhuma, porque aquilo para mim era surreal, porque a gente vê tanta notícia de gente apanhando na rua que a gente não quer que isso aconteça com a gente na nossa própria casa, que é para nos proteger. E eu não tive reação nenhuma

enquanto tudo acontecia. E aí quando eu meio que me acordei para o que estava rolando eu só saí correndo.

As narrativas de Thomas e Anthony expressam tentativas diárias de aniquilamento das subjetividades *gays* vivenciadas no contexto familiar que, através de discursos e ações daqueles indivíduos que pactuam que tais experiências devem permanecer ocupando os lugares de inferioridade e subalternização, asseguram a manutenção da norma por meio de ações de vigilância e controle (CFP, 2019). Quando essas experiências se tornam visíveis e são reivindicadas nos espaços públicos, a materialidade das estratégias de manutenção da norma se atualizam, chegando ao ponto de o corpo físico desses indivíduos sofrer violência, como expressado no relato de Raphael. Também sobre isso, a partir do relato de Anthony, arriscamos dizer que o mencionado processo de garantia de “boa criação” se refere à reprodução de projetos familiares heterocentrados, que visam assegurar a funcionalidade da norma através da manutenção das estruturas de dominação que concebem a heterossexualidade como única experiência possível de experimentação da sexualidade.

De acordo com Seffner (2011), é nesse sistema hierárquico de poder que, na dinâmica do preconceito, algumas pessoas próximas parecem ser/estar autorizadas a perpetrar inúmeras formas e tipos de violência contra sujeitos não heterossexuais. Para o autor, não por acaso, os familiares são os últimos a saber, pois é por eles/através deles que podem ser observados altos níveis de censura, sobretudo, sob ameaças de não aceitação e abandono, como também podemos constatar nas falas a seguir:

Thomas: Primeiro pensei na minha família que nunca iria me aceitar. Então falei: [...] vou ter que lidar com isso um dia: me assumir e explicar que não é isso que eles pensam. Não é bem assim! Não é que eu queira ser assim.

Raphael: porque na minha cabeça eu acho que eu seria uma decepção muito grande para toda a minha família, depois de tudo que eles me ensinaram, de toda religião que eles tentaram colocar na minha cabeça. Eu sabia que praticamente ninguém iria me aceitar. [...] Meu grande medo de me assumir para minha mãe era ser expulso de casa, porque minha mãe era muito rígida.

Os relatos acima evidenciam que a dinâmica do preconceito produz uma reinterpretação do que se entende por “proteção” em sua rede mais comum de significados. A família, cerne das redes de acolhimento, afeto e bem-estar individual, a partir de várias

estratégias utilizadas e designadas como “boas intenções”, produz uma série de resultados equivocados, uma vez que tais boas intenções escondem armadilhas que, através de mecanismos de poder escondidos sob o manto de uma suposta ingenuidade, mantêm os mecanismos da heteronormatividade (Seffner, 2013). O que queremos dizer é que ações de cuidado e proteção familiar, que deveriam desempenhar um papel de amparo aos sujeitos não heterossexuais, tornam-se, na dinâmica do preconceito, justificativas para o seu extermínio e/ou silenciamento diário de suas experiências.

Assim, ao se propor proteger os sujeitos LGBT da violência externa, a família acaba por produzir novas formas violentas de silenciamento de suas experiências, por não colocar no cerne de suas reflexões as problematizações sobre a construção de espaços heteronormativos e o questionamento da própria heteronormatividade. Essas pessoas permanecem sendo identificadas como sujeitos que irão sofrer, seres patológicos e/ou sujeitos passíveis de cuidado, concebidos em termos de anormalidade. Nesse sentido, a família não questiona a heteronormatividade como produção do “normal” mas, de forma contrária, apresenta-se como um espaço de boas intenções e, a partir da recusa à reflexão e da necessidade de conformação à norma presentes nessas estratégias de proteção, aceita a diferença como se aceita uma fatalidade, uma doença, uma tragédia familiar, ou seja, aceita a pessoa como um sujeito desviante. Essa questão foi evidenciada em um diálogo, no grupo focal, entre os sujeitos da pesquisa:

Francisco: Quando eu me assumi para minha mãe, ela falou para mim: “Ah, eu já sabia e tals”. E então eu falei: “Nossa, mas por que você sempre falou que se tivesse um filho *gay* você não saberia o que ia fazer? Não saberia se ia amar?” [...]. No dia que eu me assumi para ela, ela me falou: “aquela vez que você foi fazer trabalho na casa dos meninos e que você ficou lá jogando bola e você não me avisou, eu fiquei preocupada era porque eu estava com medo de eles fazerem alguma coisa com você porque eu já sabia que você era *gay*” [...]. Tipo assim, de me baterem e essas coisas [...]. Ela até usa esse termo: “Ah! Você é homem, né?”, como se *gay* não fosse homem. E aí eu vejo que essa dinâmica de proteção muda e me violentou, óbvio!

Thomas: Nossa! Essa visão me tocou. Estou pensando nisso! Me colocando no lugar dos pais agora, eu pensando assim: nossa eu tenho um filho e tenho medo dele morrer, vamos supor que seja um filho único. Vamos supor que seu pai é super preconceituoso e fala para você andar na linha, para você não parecer viado, [...] para ele poder viver

nesse mundo sem medo e acaba que faz mal do mesmo jeito, porque acaba alimentando uma questão interna, né, [...] psicológica: o seu pai não te aceita!

Bernardo: Nossa, [...] estou pensando aqui. Ao invés das outras pessoas mudarem o jeito delas, eu que tenho que mudar o meu jeito para as pessoas não me machucarem [...], ou seja, se as pessoas me machucarem é culpa minha.

Thomas: Como se a gente quisesse ser, né? É muito mais difícil mudar o mundo do que me mudar. Eu acho que eu entendo essa parte, mas infelizmente não é o melhor!

Como podemos perceber, os sujeitos que subvertem os sistemas heteronormativos sempre estão sendo interpelados sobre sua sexualidade, pois, como aponta Seffner (2013), são eles que precisam oferecer respostas e explicações sobre suas experiências e não a norma. Assim, contrapondo a essa compreensão, o autor pondera, em termos provocativos, que “as ações não podem ficar capturadas pela astúcia da norma de não dizer de si, elas precisam fazer a norma falar” (Seffner, 2013, p. 158).

Pode-se observar, através dos relatórios oficiais sobre homofobia no Brasil, a realidade do contexto familiar no que diz respeito às inúmeras formas de violação de direitos de pessoas não heterossexuais. Quantitativamente falando, as ruas e as residências são os principais locais de ocorrências registradas de preconceito contra não heterossexuais. No ano de 2012, 35,67% dos registros diziam respeito a violências ocorridas nas ruas e 23,59% nas casas das vítimas (SDH, 2012). Outras pesquisas, realizadas em paradas *gays* em algumas cidades do país, como Belo Horizonte (Costa et al., 2008), corroboram para a demonstração da realidade violenta vivenciada por sujeitos não heterossexuais em seus contextos familiares.

Os contextos produtores de violência, discriminação, preconceitos, através dos mecanismos e relações de poder, obviamente produzem e deixam marcas psicológicas no sujeito objeto do preconceito, sobretudo quando essas violências acontecem no contexto familiar. Nesse sentido, Carrara e Lacerda (2011) apontam que 97% dos sujeitos que se sentiram discriminados alguma vez na vida relataram a presença de sentimentos como tristeza, inferioridade, humilhação, depressão, entre outros fatores psicológicos ao longo de suas vidas. Na trajetória de nossos entrevistados, alguns desses aspectos foram referidos, o que nos leva a refletir que a família é tida socialmente como principal base de acolhimento, mas, contrariamente a isso, é também geradora de preconceitos e sentimentos de inadequação.

Anthony: Eu nunca tive uma saúde mental muito boa por conta disso tudo, por ter crescido desse jeito, ser muito reprimido. [...] depois do que aconteceu em 2016 [se

referindo ao fato de os pais terem descoberto sua orientação sexual] eu dei uma afundada, sabe? Eu fiquei mais depressivo.

Raphael: Minhas tias vieram falar assim pra mim: você sabia que você pode ter *Aids*? Sabia que talvez você tenha *Aids*?. Eu não sabia como responder esse tipo de coisa, porque para elas eu virei uma pessoa mundana [...]. Elas começaram a meio que destilar todo preconceito de tipo: sua mãe vai descobrir [...].

Em relação ao último relato, de Raphael, e ao posicionamento de suas tias, no que diz respeito à responsabilização de *gays* pela disseminação da *Aids* e/ou de serem mais propensos a adquirir a doença, Carrara e Lacerda (2011) explicitam que esse tipo de posicionamento é mais frequente entre a população mais velha (que conheceu esta doença na década de 1980, como “peste *gay*”) e entre os menos escolarizados.

Francisco: Eu não estava aguentando aquela angústia de esconder da minha família e ficar mentindo, e aí eu contei para minha mãe. Meu irmão me ajudou a contar. Eu me lembro de algumas coisas que ela falou: [...] “toma cuidado porque tem muita droga nesse meio”. Então, ela veio com vários estigmas assim. Isso foi muito difícil pra mim.

A fala de Francisco evidencia a preocupação de sua mãe com uma possível vulnerabilidade a que seu filho estaria exposto no “meio *gay*”: o consumo de drogas ilícitas. Não por acaso, Seffner (2011) explicita que membros da população LGBT estão associados à prostituição, vida na rua, criminalidade e drogas. Assim, tal preocupação, ao mesmo tempo que pode indicar (ou indica) um cuidado com a saúde do filho, denota também uma visão estigmatizada deste “meio”, afinal: é só nele que as drogas circulam? Estariam os sujeitos não heterossexuais mais propensos do que os heterossexuais ao uso delas? Ainda mais: estaria sendo associada a homossexualidade às drogas por uma suposta degradação moral, assim como é em relação à *Aids*? Diante disso, são (re)produzidas visões estigmatizadas que servem como mecanismo mantenedor da norma, dada a ausência das problematizações acerca do próprio funcionamento da heteronormatividade (Seffner, 2013).

Francisco: E depois que as coisas ficaram claras [se referindo à sua orientação sexual] eu tive um alívio, mas muita dor também porque eu estava pensando: como que eu vou falar isso com minha mãe? Como é que eu vou falar isso com meu pai? Eu vou

ser um desgosto para eles. Eles vão sofrer com isso, eles não vão aceitar! [...] E aí, muitas vezes eu tive vontade de morrer. Comecei a usar antidepressivos escondidos da minha mãe [...], e aí foi a época também que eu comecei a usar cigarros [...] por não ter coragem de me matar eu pensava que pelo menos eu estava me prejudicando aos poucos e talvez aquilo uma hora ia acabar.

Como podemos observar na fala de Francisco, a hipótese levantada por ele em relação a não aceitação de sua orientação sexual pode trazer prejuízos graves para a saúde mental. Segundo Silva (2019), o suicídio está diretamente ligado a algum tipo de sofrimento mental. De forma geral, a ideação suicida e mesmo o suicídio de pessoas LGBTQs não estão ligados a prejuízos à sanidade mental decorrentes da orientação sexual ou identidade de gênero, mas sim ao contexto preconceituoso e punitivo em que vivem. A tomada de decisão de colocar um fim à própria vida, em muitos casos, parece ser o caminho mais rápido para romper com todo o sofrimento.

Raphael: Uma tia minha me viu correndo e ela falou que eu corria que nem uma borboleta. Nossa, eu apanhei muito por conta disso nesse dia! Foi meu apelido por muito tempo. [...] Eu comecei a sentir um pouco de raiva de tudo porque eu não tinha ninguém. A minha família não gostava de mim, as pessoas que estavam ao meu redor não gostavam de mim [...], nem eu sabia se eu realmente gostava de mim [...]. E aí tentei suicídio uma vez e não deu certo porque estou aqui neste momento!

Com relação à realidade de Raphael, podemos demonstrar mais uma das faces cruéis nas dinâmicas do preconceito social para a subjetividade que, através de inúmeros mecanismos de silenciamento e opressão, pode retirar (e, em muitos casos, retira de fato) dos sujeitos a capacidade de superação das vicissitudes e de reafirmação do seu direito à própria existência, através dos processos de esvaziamento dos sentidos positivos da experiência não heterossexual (Silva, 2019). Em muitos casos, como mecanismo de escape da opressão, sujeitos canalizam suas angústias, tristezas, repressões em outras formas de experimentação da vida.

Raphael: E a forma que eu achei de não apanhar da minha mãe foi ser extremamente inteligente. Estudar que nem um louco. Eu estudava e as minhas notas eram extremamente altas e minha mãe melhorou demais o comportamento dela depois

disso. Ela não me agredia mais, não me enchia o saco mais, por ser afeminado, porque eu era o aluno modelo que toda escola queria que eu fosse.

As trajetórias de sujeitos não heterossexuais, em muitos casos, estão marcadas por pensamentos e ações que representam a destrutividade dos sentidos positivos atribuídos à vida, em consequência dos sistemas (re)produtores de opressão. No entanto, de alguma forma, esses sujeitos são resistentes ao próprio processo que visa ocultá-los. Assim, se por um lado o esvaziamento dos aspectos positivos conferidos às experiências não heterossexuais é um importante prejuízo da dinâmica do preconceito na trajetória de pessoas LGBTQs, por outro a potencialização desta capacidade de ressignificação e o empoderamento desta população para enfrentar situações de silenciamento, podem ser estratégias eficazes para se garantir a pluralidade de experiências da sexualidade, o direito à própria existência e a resistência para existir (Silva, 2019).

Longe de produzir reducionismos em nossas análises, afirmando que as famílias são apenas espaços de opressão, é importante apontar para outro fator: a potência que podem ter no reconhecimento das pluralidades de experiências, sobretudo não heterossexuais, contribuindo de forma significativa em todo processo de subjetivação do sujeito.

Bernardo: Eu lembro que eu passei o ano inteiro de 2015 tentando contar para minha mãe, porque eu sou muito próximo dela. Eu tinha medo de contar. [...] Conte pra ela em fevereiro de 2016 e ela foi super, super, super gente fina comigo. Foi o oposto de tudo que eu achava que ia ser porque ela foi muito, muito solícita. Primeiro ela riu, achou que não era verdade, mas depois ela me deu um abraço, conversei com ela e contei como que eu me sentia, como funcionava as coisas e ela foi bem compreensiva.

Raphael: E aí eu falei assim: ah, eu vou mandar uma mensagem de texto para minha mãe contando a minha vida inteira. [...] Conte sobre absolutamente tudo e falei assim: mãe, estou namorando com homem. Me desculpa se eu não sou exatamente o filho modelo que você quer, mas essa é a realidade. E minha mãe teve a reação mais estranha possível. Minha mãe é extremamente religiosa e rígida e ela foi a primeira pessoa a me acolher quando eu me assumi como *gay* e aquilo para mim foi perfeito! [...] Isso para mim foi o auge da minha vida porque eu não imaginava. [...] Ela foi super, super, super boa mãe.

Vê-se, assim, que a concretização saudável de vínculo e interação entre membros da família pode funcionar como base para o pleno desenvolvimento das potencialidades, autonomia, emancipação e autoestima dos sujeitos não heterossexuais.

Considerações Finais

Os resultados evidenciados pela análise do preconceito no contexto familiar de homens *gays* sugerem que famílias de pessoas não heterossexuais, na maioria dos casos, assumem a posição de (re)produtoras dos mecanismos de poder pautados na heteronormatividade, auxiliando na potencialização das hierarquias produtoras de modos subalternos de existência. Famílias heterocentradas engendram processos de não aceitação, ocultação e silenciamento das experiências não heterossexuais que podem trazer inúmeros prejuízos à saúde mental de pessoas que subvertem os modelos heteronormativos: perda de autonomia, de confiança em si próprio e nas relações estabelecidas com outros, sentimentos de culpa, não pertencimento e abandono, estados ansiosos e depressivos e, em casos de maior gravidade, desvalorização da potência de vida, o que resulta em pensamentos e/ou ações suicidas.

Desse modo, os tensionamentos aqui realizados sugerem que a ausência de questionamento acerca da funcionalidade da lógica heteronormativa em contextos familiares potencializa experiências de exclusão e inferiorização. Se a literatura aponta para a crítica à estrutura familiar heterocentrada, em decorrência de sua restrição em legitimar outras configurações familiares e produção de inúmeros tipos de violência em nome de uma norma que se quer assegurar, torna-se importante tomar a família como objeto de interpelação. Deve-se, portanto, aproveitar o momento de crise para produzir novos conhecimentos, vislumbrando estratégias de resistência de pessoas não heterossexuais inscritas em contextos familiares heterocentros. É nesse sentido que acreditamos que a publicização de experiências não heterossexuais funciona como ferramenta potente de enfrentamento aos sistemas heteronormativos que asseguram a manutenção das estruturas hegemônicas. Além disso, consideramos importante a produção de conhecimentos críticos pautados em pressupostos teórico-metodológicos que levam em consideração as relações de poder, pois permitem questionar como as relações são/estão estabelecidas em toda sua historicidade, produzindo a desestabilização dos sistemas de dominação da heterossexualidade sobre a não heterossexualidade.

Referências

- Bento, B. (2017). *Transviad@s: Gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA. Recuperado de <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/26037/1/Transviadas-BereniceBento-2017-EDUFBA.pdf>
- Braga, I. F., Oliveira, W. A., Silva, J. L., Mello, F. C. M., & Silva, M. A. I. (2018). Family violence against gay and lesbian adolescents and Young people: A qualitative study. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(3), 1220-1227. doi: 10.1590/0034-7167-2017-0307
- Bruschini, C. (2014). Uma abordagem sociológica de família. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 6(1), 1-23. Recuperado de <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/562>
- Carrara, S., & Lacerda, P. (2011). Viver sob ameaça: Preconceito, discriminação e violência homofóbica no Brasil. In G. Venturi, & V. Bokany (Orgs.), *Diversidade sexual e homofobia no Brasil* (pp. 73-88). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Tentativas diárias de aniquilamento de subjetividades LGBTIs*. Brasília: CFP. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/CFP_TentativasAniquilamento_WEB_FINAL.pdf
- Costa, F. A., Machado, F. V., & Prado, M. A. M. P. (2008). Participação política e experiência homossexual: Dilemas entre o indivíduo e o coletivo. *Revista Interamericana de Psicologia*, 42(2), 325-337. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v42n2/v42n2a14.pdf>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>
- Dias, M. B. (2020). *Manual de direito das famílias* (13a ed.). Salvador: JusPODIVM. Recuperado de <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/7fd5874f95685e54ee70255871eb662b.pdf>
- Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, (114), 197-223. doi: 10.1590/S0100-15742001000300009
- Foucault, M. (1971). *A ordem do discurso*. Paris: Edições Layola.

- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 15(1), 165-178. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a18v15n1.pdf>
- Maluf, A. C. R. F. D. (2010). *Novas modalidades de família na pós-modernidade* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-31012011-154418/publico/TESE_COMPLETA_PDF_ADRIANA.pdf
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Nascimento, G. C. M., & Scorsolini-Comin, F. (2018). A revelação da homossexualidade na família: Revisão integrativa da literatura científica. *Temas em Psicologia*, 26(3), 1527-1541. doi: 10.9788/tp2018.3-14pt
- Neves, S., & Nogueira, C. (2005). Metodologias Feministas: A reflexividade ao serviço de investigação nas ciências sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 408-412. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a15v18n3.pdf>
- Palma, Y. A., & Levandowski, D. C. (2008). Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 771-779. doi: 10.1590/S1413-73722008000400015
- Patias, N. D., Gabriel, M. R., & Dias, A. C. G. (2013). A família como um dos fatores de risco e de proteção nas situações de gestação e maternidade na adolescência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13(2), 586-610. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000200011
- Prado, M. A. M., & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez.
- Prado, M. A. M. P., Martins, D. A., & Rocha, L. T. L. (2009). O litígio sobre o impensável: Escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. *Bagoas*, 3(4), 209-232. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2304>
- Queiroz, I. S. (2015). *Norma de gênero e uso de drogas: Normalização e diferença na experiência de mulheres* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A7HHFQ/1/tese_isabela_v5.pdf

- Schenker, M., & Minayo, M. C. S. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(3), 707-717. doi: 10.1590/S1413-81232005000300027
- Secretaria de Direitos Humanos [SDH]. (2012). *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: Ano de 2011*. Brasília: Governo Federal. Recuperado de https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/Relat%C3%B3rio_viol%C3%Aancia_homof%C3%Bica_-_2011.pdf?1343070480
- Serapioni, M. (2005). O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(1), 243-255. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/csc/v10s0/a25v10s0.pdf>
- Scott, J. W. (1999). Experiência. In A. L. Silva, M. C. S. Lago, & T. R. O. Ramos (Orgs.), *Falas de Gênero* (pp. 21-55). Santa Catarina: Mulheres. Recuperado de http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scott-Experiencia.pdf
- Seffner, F. (2011). Identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade social: Pensando em algumas situações brasileiras. In G. Venturi, & V. Bokany (Orgs.), *Diversidade sexual e homofobia no Brasil* (pp. 39-20). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Seffner, F. (2013). Sigam-me os bons: Apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Educação e Pesquisa*, 39(1), 145-159. doi: 10.1590/S1517-97022013000100010
- Silva, M. M. L., Frutuozzo, J. F. F., Feijó, M. R., Valério, N. I., & Chaves, U. H. (2015). Família e orientação sexual: Dificuldades na aceitação da homossexualidade masculina. *Temas em Psicologia*, 23(3), 677-692. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n3/v23n3a12.pdf>
- Silva, S. (2019). LGBTfobia: Recortes subjetivos. In D. Ferrão, L. H. Carvalho, & T. Coacci, (Orgs.), *Psicologia, gênero e diversidade sexual: Saberes em diálogo* (pp. 242-259). Belo Horizonte: CRPMG. Recuperado de https://drive.google.com/file/d/1HB5RjU4v1yW4djf_wZaTUakgUPZ2OUxd/view
- Venturi, G. B., & Bokany, V. (Orgs.). (2011). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas*, 44(22), 203-220. Recuperado de https://pdfs.semanticscholar.org/cd8e/3ecb215bf9ea6468624149a343f8a1fa8456.pdf?_ga=2.259175950.585194798.1582886725-1997227769.1572735598

Endereço para correspondência

Welligton Magno da Silva

Praça Dom Helvécio, 74, Fábricas São João del Rei - MG, Brasil. CEP 36301-160

Endereço eletrônico: welligton.ufsj@gmail.com

Celso Francisco Tondin

Praça Dom Helvécio, 74, Fábricas São João del Rei - MG, Brasil. CEP 36301-160

Endereço eletrônico: celsotondin@ufsj.edu.br

Isabela Saraiva de Queiroz

Praça Dom Helvécio, 74, Fábricas São João del Rei - MG, Brasil. CEP 36301-160

Endereço eletrônico: isabelasq@ufsj.edu.br

Recebido em: 30/03/2020

Reformulado em: 19/10/2020

Aceito em: 19/10/2020

Notas

* Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei.

*** Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei.

Financiamento: A pesquisa relatada no manuscrito foi financiada pela bolsa de mestrado do primeiro autor (CAPES, Nº. Processo 88882.441277/2019-01).

Este artigo de revista **Estudos e Pesquisas em Psicologia** é licenciado sob uma *Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada*.